



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RtPaut no RECURSO ESPECIAL Nº 1853918 - SC (2019/0375577-5)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
REQUERENTE : HELENA ANTUNES STAGGEMEIER
ADVOGADO : FABIANA ROBERTA MATTANA CAVALLI - SC016109
REQUERIDO : PRUDENTIAL DO BRASIL VIDA EM GRUPO S.A.
ADVOGADOS : ANGELITO JOSÉ BARBIERI - SC004026
EVELI SCHWARTZ - SC037464

DECISÃO

Por meio da Pet 00188126/2020 (fls. 844/849, e-STJ), a requerente manifesta sua oposição ao julgamento virtual de seu agravo interno haja vista a possível afetação da matéria debatida nos autos, requerendo "a retirada de seu AgInt da pauta de julgamento da Egrégia 4ª Turma, que terá início em 14/04/2020 e previsão de encerramento para o dia 20/04/2020, até que seja proferida decisão nos recursos selecionados como representativos de controvérsia" (fl. 845, e-STJ).

O art. 184-D, parágrafo único, II, do RISTJ, determina que "as partes, por meio de advogado devidamente constituído, bem como o Ministério Público e os defensores públicos poderão apresentar memoriais e, de forma fundamentada, manifestar oposição ao julgamento virtual ou solicitar sustentação oral, observado o disposto no art. 159".

A irresignação do requerente, contudo, não contém fundamentação apta a ensejar o acolhimento do pedido deduzido, porquanto a questão jurídica versada nos autos, todavia, não obteve o seu acolhimento de afetação como representativo da controvérsia.

O agravo interno constitui espécie recursal expressamente autorizada pelo Regimento Interno (art. 184-A, parágrafo único, II) a ser incluída nesta modalidade de julgamento, sobretudo porque não admite a realização de sustentação oral na sessão presencial (art. 159 do RISTJ).

Forte nessas razões, INDEFIRO o pedido de retirada do AgInt no REsp

1.853.918/SC da pauta virtual.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2020.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Relatora